

A ABORDAGEM DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL BRASILEIRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Camilo de Mello Vasconcellos**

*Ana Carla Alonso***

*Paulo Rodrigues Lustosa****

VASCONCELLOS, C.M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P.R. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

RESUMO: Este artigo traz uma análise a respeito do tratamento dispensado ao período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do Ensino Fundamental.

UNITERMOS: Livro didático – Arqueologia – Educação.

Apesar do avanço das pesquisas arqueológicas realizadas em nosso país – notadamente nas duas últimas décadas – é possível afirmar que os resultados de tais investigações ainda permanecem restritos ao círculo das Universidades, Museus e Centros Especializados.

A sociedade brasileira em geral desconhece o que vem a ser a ciência arqueológica e a sua prática está associada, para o grande público, ao aspecto fantasioso e aventureiro, onde ainda pesam conceitos equivocados e distorcidos.

No segundo semestre de 1993, por ocasião de um seminário ocorrido em Niterói (Tenório 1994) que reuniu arqueólogos, museólogos, professores de Ensino Fundamental e Médio e

educadores de museus, foi constatada a demanda e, ao mesmo tempo, a carência de informações relacionadas à pesquisa arqueológica em virtude da divulgação fragmentada dos dados fornecidos pelo meio acadêmico e imprensa, o que dificulta a sua compreensão.

Devido à preocupação com a questão da divulgação e da socialização do conhecimento sobre arqueologia pré-colonial brasileira, no evento referido, apresentou-se uma reflexão a respeito da abordagem que os livros didáticos do Ensino Fundamental vinham dando a esta temática até então (Vasconcellos 1994: 14-20).

A idéia de darmos continuidade às reflexões a respeito da abordagem deste tema no livro didático do Ensino Fundamental, deve-se à necessidade de romper com a “consagração” dos 500 anos do Brasil – visão limitada de nossa história – aliada à perspectiva de uma grande exposição que o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP realizará em 2001.

Além disso, outras razões nos levaram a esta análise e estão relacionadas aos seguintes aspectos considerados fundamentais:

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Divisão de Difusão Cultural. Serviço Técnico de Musealização.

(**) Divisão de Difusão Cultural. Serviço Técnico de Musealização do MAE/USP. Estagiária.

(***) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduação.

- A dificuldade dos profissionais do magistério em se relacionar com a temática da Arqueologia ao mesmo tempo em que esta desperta grande interesse junto aos alunos;
- Desconhecimento, do público em geral, relacionado com a ocupação do território brasileiro pelos grupos indígenas no período pré-colonial;
- Trabalhando com educação em museus é imprescindível conhecermos a realidade do universo escolar no que diz respeito à utilização dos livros didáticos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Este fato constitui um desafio para um museu arqueológico universitário que apresenta como uma de suas principais funções a divulgação da produção do conhecimento científico numa linguagem acessível ao grande público;
- O conhecimento de que o livro didático é usado, em grande parte, como instrumento, às vezes único, de trabalho do professor e não como um suporte para o aluno.

O objetivo principal deste artigo é fornecer, especialmente aos professores de Ensino Fundamental, propostas adequadas para trabalhar com a história do período Pré-Colonial a partir do uso do livro didático, fugindo de abordagens preconceituosas, erros conceituais, abordagens superficiais e outros problemas que estão presentes nesta ferramenta de trabalho. Com isso pretendemos contribuir para diminuir a distância entre a produção do conhecimento em Arqueologia no país e sua disseminação junto ao ensino formal.

Realizando tal análise, acreditamos estar possibilitando a abertura de um debate sobre esta questão, situando os principais problemas e dificuldades encontrados nos livros didáticos analisados e apresentar algumas discussões que contribuam para superá-los.

A comemoração dos 500 anos do Brasil traz à tona uma questão: nossa cultura se formou apenas a partir da chegada dos portugueses? A resposta, por maiores que sejam as divergências existentes, é clara e apontará para uma direção: nossa cultura não é herdeira direta e somente da cultura portuguesa; ela se constitui numa diversidade de culturas e é o resultado de um longo processo conflituoso, ainda em construção nos dias atuais.

Sendo assim, os nossos “500 anos” vão muito mais além desse período e, para compreender nossa história, nossa cultura e nossa

identidade é necessário também conhecer a história dos povos que aqui viviam antes de 1500 – nossos primeiros “formadores de cultura”.

Sobre a natureza do livro didático

Diversos estudos vêm sendo produzidos a respeito do livro didático nas áreas de História, Pedagogia, Sociologia etc.. Estas discussões demonstram que o livro didático é um “objeto de múltiplas facetas e possui uma natureza complexa” (Bittencourt 1997: 71).

No artigo sobre textos e imagens no livro didático, Circe Bittencourt sintetiza em sua análise as várias definições deste instrumento: como mercadoria, já que obedece à lógica do mercado editorial; suporte de conteúdos curriculares; instrumento pedagógico (apresentando conteúdo e metodologia de ensino) e, finalmente, portador de ideologias e valores culturais.

Reconhecemos que o livro didático é o principal instrumento utilizado por professores e alunos e tem o papel de mediador das propostas curriculares e o conhecimento ensinado em sala de aula, e por isso é fundamental analisá-lo em seus vários aspectos: relação texto/imagem, estrutura, linguagem, conteúdos veiculados e diferentes abordagens historiográficas.

Desta maneira, nas obras selecionadas para a elaboração deste texto, consideramos alguns pontos-chaves para a análise, que por sua vez são decorrentes de duas categorias elencadas:

1) Quanto ao conteúdo veiculado:

- a) Espaço dedicado ao tema no contexto geral da obra;
- b) Nomenclatura e definição do período;
- c) Periodização adotada;
- d) Problemática das abordagens: erros, omissões, discriminações, pontos positivos e
- e) Fontes utilizadas.

2) Quanto à forma apresentada:

- a) Tipos de imagens utilizadas;
- b) Relação texto/imagem;
- c) Fontes às quais o autor recorreu.

Assim, definiram-se as principais categorias a serem problematizadas e que deverão

servir de referencial básico na apresentação de subsídios para os professores de Ensino Fundamental quando abordarem esta temática em sala de aula.

É preciso salientar que procedendo desta maneira, consideramos o caráter documental do livro didático, já que elegemos os critérios de forma e conteúdo vinculados à sua produção, circulação e ao seu consumo.

Seleção das obras

Para a pesquisa, foram selecionados dez livros didáticos atualmente em uso pelas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental, que possuem distribuição nacional.

Os critérios utilizados para a escolha de tais livros basearam-se em dois aspectos:

- Mercadológico: os livros mais vendidos (portanto, os mais adotados e/ou indicados pelas escolas) segundo informações obtidas junto às respectivas editoras;

- Oficial: os livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático da FNDE/MEC (1999), que orientam e determinam a escolha dos professores das escolas públicas¹ que receberão estes livros gratuitamente para o trabalho junto aos seus alunos.

Os livros analisados e os respectivos capítulos que abordam a temática do Período Pré-Colonial são os seguintes:

1. *Brasil: história em construção*

Autores: Ricardo de Moura Faria, Adhemar Martins Marques e Flávio Costa Berutti.

Editora Lê, vol. I, 1998.

Tema: "A América encontrada pelos europeus"

"O que era a América"

"O encontro da América com os europeus"

2. *História*

Autor: José Roberto Martins Ferreira

Editora FTD, 5ª e 6ª série, 1994.

Tema: "Pré-História"

Capítulo 10: "Andando eles descobriram o Brasil" (5ª série)

Capítulo 5: "Enquanto isso no Brasil" (6ª série)

Capítulo 6: Portugal: o senhor dos mares e do comércio" (6ª série)

3. *História do Homem* (abordagem integrada de História Geral e do Brasil)

Autor: Francisco Assis Silva

Editora Moderna, Volume 1, 1996.

Unidade II: "As comunidades primitivas"

Capítulo 10: "Pré-História: a comunidade primitiva no Brasil"

4. *História e Reflexão*

Autor: Gilberto Cotrim

Editora Saraiva, vol. I, 1996

Capítulo 5: "Pré-História Brasileira"

5. *História e Vida*

Autor: Nelson Piletti e Claudino Piletti

Editora Ática, vol. I, 1997.

Capítulo 2: "Há milhares de anos"

6. *História: Passado e Presente- Brasil Colônia*

Autores: Sônia Irene do Carmo e Eliane Frossard Bittencourt Couto

Editora Atual, vol. I, 1994.

Unidade II: "Povoando o mundo, construindo a história"

Capítulo 5: "Os índios do Brasil"

7. *Fazendo a História: As sociedades americanas e a Europa na época moderna*

Autores: Rubim Santos L. de Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemos e Oscar G. P. Campos Lopes

Editora Ao Livro Técnico, 7ª série, 1990.

Capítulo 1: "De onde vieram os índios?"

Capítulo 2: "Como vivia a maioria dos indígenas?"

Capítulo 3: "Quais eram as sociedades mais organizadas?"

8. *História e Companhia*

Autores: Ricardo de Moura Faria, Adhemar Martins Marques e Flávio Costa Berutti.

Editora Lê, vol. I, 1996.

Unidade I: "Os seres humanos antes da escrita"

Capítulo 2: "Os caçadores e os coletores"

Capítulo 3: "Os pastores e os agricultores"

9. *História Integrada: da Pré-História à Idade Média*

Autor: Cláudio Vicentino

Editora Scipione, 5ª e 6ª série, 1996.

Capítulo 1: "A Pré-História" (5ª série)

Capítulo 5: "A América Pré-Colombiana" (6ª série)

10. *História: Cotidiano e Mentalidades: dos primeiros homens ao século V*

Autores: Ricardo Dreguer e Eliete Toledo

Editora Atual, vol. I, 1995.

Capítulo 7: "Os primeiros americanos"

(1) No caso das escolas da rede particular de ensino, esse Guia serve como uma orientação ao professor na escolha do livro didático, que poderá ser seguida ou não.

A análise

O que se observa em relação à estrutura geral das obras citadas é a tentativa de apresentar uma nova abordagem da História que leva em conta as novas tendências da historiografia contemporânea. Desta forma, encontramos autores que privilegiam a questão da História do Cotidiano, das Mentalidades, da Vida Privada, das Estruturas Econômicas etc..

A tendência quase unânime apontada pelos autores é a de apresentar uma visão de História que integra a História Geral e a do Brasil: a chamada “História Integrada”, que possui alguns problemas de ordem estrutural e de conteúdo mas que não é relevante tratarmos no âmbito deste artigo.

Quanto ao tema aqui tratado, o período Pré-Colonial,² nota-se um avanço na abordagem: há quase sempre um espaço dedicado a ele nos livros analisados, seja este de qualquer tamanho e importância em relação aos outros capítulos. Desta maneira, o livro didático não ignora este período como faziam os anteriores (até a década de 80), que iniciavam a História do Brasil pela colonização portuguesa, ou através das “Grandes Navegações”.

Todos os autores admitem que o “descobrimento” do Brasil não se deve aos portugueses, mas aos povos que aqui chegaram bem antes destes:

“(…) Nossa história não começou quando os portugueses iniciaram a ocupação do Brasil em 1500. Os primeiros habitantes do Brasil aqui chegaram há dezenas de milhares de anos” (Piletti & Piletti 1997).

(2) Preferimos a denominação Pré-Colonial à de Pré-História por entendermos que a segunda apresenta maiores problemas, além de considerarmos o critério da escrita uma categoria não válida para a periodização do espaço/tempo anterior a 1500. O conceito de Pré-História e História é muitas vezes utilizado de maneira etnocêntrica e reflete a periodização européia. O que deve ficar claro é que as sociedades européias e as sociedades ameríndias sempre foram contemporâneas e resultam de processos históricos específicos e particulares. As sociedades indígenas não constituem o passado das sociedades européias como quiseram demonstrar os evolucionistas sociais do século XIX.

“(…) Qualquer que seja a hipótese aceita, o importante é saber que, quando os portugueses chegaram ao Brasil, há cerca de 500 anos, essa terra era povoada por aproximadamente 5 milhões de pessoas. Portanto, não podemos continuar afirmando que Cabral descobriu o Brasil” (Silva 1996).

“(…) se alguém deveria ser homenageado pelo descobrimento do Brasil, esse alguém seriam os antepassados dos homens que Cabral encontrou aqui.” (Martins 1994).

Há uma obra que chega inclusive a apresentar uma abordagem bastante interessante a respeito das diferenças de mentalidade entre os povos que aqui já viviam e os europeus:

“(…) enquanto para os europeus prevalecia uma visão que implicava na dominação, subjugação e incorporação da natureza, para os índios americanos a vida obedecia a ritmos cíclicos ditados pela própria natureza. (...) Os vários povos que viviam na América possuíam diversas e diferentes visões de mundo, o que é revelador de que, num mesmo tempo cronológico, podem existir diferentes tempos históricos” (Faria & outros 1996).

Apesar destes pontos positivos, vários são os problemas verificados na abordagem do tema. Um dos principais é o evolucionismo social,³ existente em quase todos os livros analisados:

“(…) é importante assinalar que, independente de seu **estágio cultural** (grifo nosso), essas comunidades primitivas haviam alcançado um conhecimento técnico que permitia a elas sobreviverem segundo seus costumes e valores, construírem suas próprias crenças, sua visão particular de mundo (Faria & outros 1996).

“Nem todos os grupos humanos alcançaram estágios avançados de civilização. Existem ainda hoje inúmeras sociedades primitivas na Austrália, no Brasil e na África” (Vicentino 1996).

“(…) Comunidade primitiva é uma forma de organização social onde a não existência da propriedade privada dos meios de produção resulta em uma

(3) Corrente de pensamento da segunda metade do século XIX que estabeleceu a divisão da Humanidade em três estágios culturais: selvageria, barbárie e civilização. As sociedades aborígenes, por meio desta interpretação, estariam em um estágio de cultura atrasado ou estagnado em relação ao modelo a ser atingido: o da civilização européia. Além disso, esta corrente propunha que as sociedades se desenvolviam de modo linear em direção ao progresso material.

economia comunitária, na qual não há desigualdades sociais” (Aquino & outros 1990).

“Desconheciam a propriedade privada, não estavam organizados em classes sociais e não chegaram a organizar o Estado”. (Faria & outros 1996).

Algumas destas frases reproduzem a visão dos pensadores evolucionistas sociais do final do século passado que, na verdade, escamoteava o projeto político e econômico de dominação neocolonial europeu sobre os continentes africano, asiático e latino-americano; outras utilizam-se da abordagem marxista, buscando categorizar o passado das sociedades primitivas a partir de modelos esquemáticos que também acabam apontando para uma visão de história marcada pela idéia de progresso.⁴

Outra questão que também aponta para um avanço na abordagem deste período diz respeito à preocupação de alguns autores em apresentar uma clara definição do que entendem ser a divisão entre pré-história e história, chegando até mesmo a problematizá-la.⁵

“(…) A divisão entre pré-história e história é um costume (...) O homem, desde o seu aparecimento, é um ser histórico, utilize ou não a escrita. Como o termo pré-história é de uso universal, podemos empregá-lo, mas conscientes de que a pré-história é uma disciplina histórica, pois todo o homem e todos os povos têm a sua história” (Cotrim 1996).

“(…) aqueles que entendem que todo o passado do homem, desde a sua origem, compõe a sua história, essa definição não é correta. A extraordinária riqueza cultural que herdamos dos nossos antepassados não pode ser considerada pré-histórica” (Silva 1996).

Também encontramos outra tendência na definição de alguns autores com relação ao que entendem ser o período em análise: a utilização

(4) Este tipo de abordagem sofre muita influência da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels de 1884. Nesta, a História é marcada por uma visão teleológica onde os modos de produção são apresentados como modelos válidos para todos os povos do universo, numa visão evolucionista típica do século XIX, notadamente no campo da economia política.

(5) Apesar desta problematização alguns autores mantiveram a chamada de seus capítulos como “Pré-História Brasileira”.

de termos classificatórios da pré-história europeia no estudo da pré-história e da etnologia brasileiras, que podemos caracterizar como anacrônico:

“(…) Embora, para efeitos de estudo, a Pré-história tenha terminado com o surgimento da escrita, no Brasil e em alguns outros pontos do mundo, muitos grupos indígenas têm até hoje (grifo nosso) condições primitivas de vida, semelhantes às do período paleolítico” (Vicentino 1996).

“No Brasil, os mais antigos vestígios desses povos datam do período paleolítico: sambaquis, utensílios primitivos e pinturas rupestres” (idem, idem).

Este autor, como outros, busca nas características das sociedades pré-coloniais brasileiras uma aproximação com as sociedades pré-históricas europeias, cuja cronologia é muito distinta e divergente das sociedades indígenas deste período.

Na verdade, encontramos com isso mais uma abordagem que se caracteriza pela visão eurocêntrica da História, pois não leva em conta que a diferença cronológica aludida acima, provém de particularidades históricas de cada uma destas sociedades e não devem ser categorizadas de maneira homogênea e totalizante.

Já que tocamos na questão da periodização, todos os autores analisados desconhecem a terminologia adotada pelos arqueólogos brasileiros na classificação e interpretação das sociedades indígenas, a saber:

Paleóíndio, que corresponde ao período inicial de ocupação do território brasileiro, caracterizado pelos caçadores-coletores, com grupos pouco numerosos, dispersos e nômades, compreendido entre, aproximadamente, 30.000 a 10.000 anos atrás;

Arcaico, que corresponde ao início do processo de sedentarização e adaptação aos diferentes ambientes existentes após o término da Era Glacial, dando início à diversificação cultural dos vários grupos espalhados pelo território brasileiro, compreendido entre 10000 a 1000 anos atrás;

Formativo, corresponde ao período de pleno domínio da agricultura, que já complementa a subsistência das aldeias além da caça e da coleta, tendo início há, aproximadamente, 3000 anos.⁶

(6) As periodizações aqui apresentadas não são rígidas, havendo ainda muita discussão entre os arqueólogos a respeito das datações.

Na verdade, os livros didáticos apresentam uma periodização voltada para a presença dos diversos vestígios encontrados no território brasileiro que podem indicar a antiguidade da ocupação do homem neste território, na tentativa de estabelecer uma cronologia desta ocupação:

“Os vestígios mais antigos de ocupação do território brasileiro datam entre 50.000 até 15.000 anos: a primeira fase de ocupação onde encontramos informações a respeito de vestígios em Minas Gerais (Lagoa Santa, Matozinhos, Sete Lagoas e Belo Horizonte) e São Raimundo Nonato (Piauí);

Após 15.000 quando ocorrerá um longo processo de transformação nos padrões de comportamento, uma nova fase da evolução cultural nas comunidades primitivas do Brasil” (Silva 1996).

Em outros autores, esta questão está relacionada com o tipo de ambiente onde foram encontrados os vestígios de ocupação:

“A vida nas cavernas está relacionada com os caçadores-coletores comprovados pelas pinturas encontradas nas cavernas de São Raimundo Nonato e em Lagoa Santa: armas e instrumentos de pedra lascada aparecem associados às figuras humanas, sugerindo que eram utilizadas para caçar”.

Já a “vida no litoral” está se referindo aos grupos sambaquieiros enquanto que “a vida no interior” refere-se aos grupos horticultores e relaciona-se com a presença de objetos feitos de barro”. (Piletti & Piletti).

É preciso ressaltar o grande espaço ocupado no livro didático pelas pesquisas coordenadas pela arqueóloga Niède Guidon no Piauí. Isto justifica-se pelo fato de que tais pesquisas têm uma intensa repercussão junto à mídia, pois apresentam datação e hipóteses de ocupação do território brasileiro inéditas.

Dois autores apresentam uma polêmica em relação às descobertas realizadas pela arqueóloga Niède Guidon no Piauí, o que consideramos positivo, pois demonstram o caráter científico, controverso e dinâmico da ciência arqueológica:

“Entre 70 e 50 mil anos, segundo a arqueóloga Niède Guidon que realiza trabalhos de escavações no Piauí, foram encontrados fogões pré-históricos, isto é conjunto de pedras (seixos) colocadas em forma de círculos ou triângulos, no meio dos quais se fazia o fogo. Nas proximidades desses fogões também foram achados ossos de animais e instrumentos de pedra lascada. (...) Já para a arqueóloga norte americana Betty Meggers os carvões encontrados devem ser de um

incêndio espontâneo e não de uma população pré-histórica” (Cotrim 1996).

“(…) Polêmica entre arqueólogos:

A partir de vestígios encontrados no Piauí, Niède Guidon concluiu que a ocupação dessa região remontaria a cerca de 30.000 anos atrás. Seria, então, o mais antigo vestígio da presença do homem na América. Suas conclusões geraram muita discussão entre os arqueólogos do mundo todo.

A maioria dos pesquisadores questionou a tese de Guidon afirmando que ela se baseou em artefatos, isto é, pedaços de ossos e pedras semelhantes a instrumentos. Para eles, esses artefatos isolados podem ter sido transformados pela ação da própria natureza: rolagem nos rios, carbonização natural, raspagem em outras pedras.

Esses pesquisadores consideram que os artefatos encontrados por Guidon só poderiam ser aceitos como prova da existência humana naquela região há 30.000 anos se estivessem acompanhados de outros tipos de vestígios: fósseis humanos, restos de habitações, cinzas, marcas em grutas.

Por outro lado, alguns pesquisadores continuam procurando novos vestígios de ocupação humana na América anterior a 12.000 anos atrás, não apenas no Brasil, mas também em outras regiões do continente. Enfim, a polêmica continua” (Dreguer & Toledo 1995).

Já com relação às fontes às quais os autores recorrem para elaborar as suas abordagens encontramos uma variedade, tais como:

- 1) Grande Imprensa: principalmente jornais e revistas de grande circulação (em maior número);
- 2) Publicações de cunho científico: Betty Meggers,⁷ Niède Guidon,⁸ Luciana Palestrini e José Luiz de Moraes⁹ (em número bem restrito);
- 3) Livros Paradidáticos: a obra de Norberto Guarinello;¹⁰

(7) Esta obra intitulada *A América Pré-Histórica*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979, está indicada no Manual do Professor do livro didático *História e Companhia* (Faria, Marques & Berutti 1996).

(8) A referência a esta autora está citada a partir de artigos da grande imprensa.

(9) Palestrini, L. & Moraes, J.L. *Arqueologia pré-histórica brasileira*. São Paulo, USP, Museu Paulista, 1982. Esta obra está indicada no livro didático *História & Vida* (Piletti & Piletti 1997).

(10) Guarinello, Norberto Luis *Os primeiros habitantes do Brasil. A arqueologia pré-histórica no Brasil*, São Paulo, Atual Editora, 1994. Indicada em *História & Reflexão* (Cotrim 1996).

4) Não citam fonte nenhuma: a metade das obras analisadas.

Temos que levar em consideração que tais autores são, na maior parte das vezes, historiadores que não possuem nenhum vínculo com a Arqueologia e tampouco com a produção científica realizada pela comunidade arqueológica brasileira.

Desta maneira, não podemos cobrar-lhes o acerto teórico, mas sem dúvida podemos sugerir uma aproximação maior entre os arqueólogos e estes autores que acabam se tornando uma referência, muitas vezes única, no universo dos nossos alunos e, em muitos casos, de nossos professores.

Finalmente, a análise das imagens e ilustrações presentes nas obras didáticas demonstrou um lado positivo em termos de variedades existentes e na relação com os textos apresentados.

A partir de mapas, fotos de escavações, pinturas rupestres, desenhos, croquis etc, foi possível dinamizar a leitura dos capítulos e dar maior agilidade ao processo de apreensão do assunto abordado.

Porém, uma ressalva muito importante: em algumas obras analisadas os autores utilizaram-se de fotos etnográficas para se referir ao modo de vida das sociedades pré-coloniais (Martins 1944, Carmo & Couto 1994 e Silva 1996). Isto é gravíssimo e pode gerar uma visão distorcida e preconceituosa de que as sociedades indígenas são estáticas no tempo e que, da época pré-colonial até os dias atuais, muito pouco ou quase nada foi alterado nas estruturas destas sociedades, reforçando um conceito equivocado de cultura.

Conclusões

Entendemos ser necessário que o professor desperte a atenção de seus alunos ao observar problemas tais como os elencados neste texto e utilize o livro didático como instrumento para discussões que, ao invés de construir ou consolidar preconceitos, sirvam para derrubá-los, o que é essencial no processo educativo.

Neste momento de intensa informatização, quando os meios de comunicação levam e trazem notícias de forma rápida, atualizada e muito mais atrativa do que a “velha” sala de aula, o papel do professor torna-se mais evidente. Ele deixa de

ser um mero “transmissor” de informações para assumir o papel de mediador da relação entre o conhecimento, a sua construção e o aluno.

Levando-se em conta que os Parâmetros Curriculares Nacionais e outras propostas pedagógicas decorrentes definem que o objetivo maior das escolas é formar o cidadão,¹¹ a tarefa do educador, especialmente do professor de História, é ser o articulador do pensamento crítico de seus alunos, e não aceitar e repassar a informação recebida e pronta.

É necessário, portanto, desconstruir e analisar criticamente a informação e ensinar seus alunos a fazerem o mesmo, de modo que, ao final do processo escolar, eles estejam aptos a realizar reflexões semelhantes sem a mediação de outrem.

Ampliar o acesso aos museus de Arqueologia, responsáveis por uma extensa produção acadêmica, mantenedores de cursos de extensão, exposições e serviço educativo sistemático de atendimento aos professores de Ensino Básico, seria uma alternativa à deficiência apresentada nos livros didáticos.

Os museus permitem o contato com a cultura material, com o aspecto concreto dos objetos, contribuindo para a superação de muitos preconceitos em relação às culturas indígenas, uma vez que estas instituições trabalham com fontes específicas e diferenciadas, que podem, inclusive, contrapor-se à visão apresentada nos livros didáticos.

Sendo instituições de educação não-formal, com objetivos voltados ao mesmo tempo para o público acadêmico e escolar, os museus têm um grande potencial de ampliação do referencial do professor ao se deparar com o ensino do período pré-colonial brasileiro.

Eis o grande desafio do professor: unir e dar as devidas dimensões à linguagem e aos parâmetros oferecidos pelos dois veículos de comunicação – o livro didático e o museu – enriquecendo sobremaneira o estudo da temática da pré-história brasileira dentro e fora dos limites da sala de aula.

(11) O cidadão completo é entendido aqui como aquele que além de cumprir seus deveres eticamente, reivindica seus direitos, tem consciência destes e se posiciona ideologicamente baseado em fundamentos e em reflexões críticas.

VASCONCELLOS, C.M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P.R. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

VASCONCELLOS, C.M.; ALONSO, A.C.; LUSTOSA, P.R. An approach to the Brazilian pre-colonial time in the didactic books for elementary school. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

ABSTRACT: This article is an analysis about the treatment given to the Brazilian Pre-Colonial time in the didactic books in Elementary School.

UNITERMS: Didactic Book – Archaeology – Education.

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, C.
1997 Livros didáticos entre textos e imagens. C. Bittencourt (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Editora Contexto, 3ª edição: 69-90.
- ENGELS, F.
1978 *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 4ª edição.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
1998 Guia de Livros Didáticos . 5ª a 8ª séries. *Programa Nacional do Livro Didático*, Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, MEC-SEF
- 1997 *Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia*/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC-SEF.
- ROCHA, E.P.G.
1990 *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 7ª edição.
- SILVA, A.L. ; GRUPIONI, L.D.B.
1995 *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.
- TELLES, N.A.
1984 *Cartografia Brasilis ou: esta história está mal contada*. São Paulo: Ed. Loyola.
- TENÓRIO, M.C. (Org.)
1999 *Pré-história da Terra Brasilis*. UFRJ, Editora da UFRJ.
- VASCONCELLOS, C.M.
1994 A pré-história brasileira no livro didático. M.C. Tenório; T.C. Franco (Orgs.) *Seminário para Implantação da temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º graus*. UFRJ, Museu Nacional: 14-20.

Recebido para publicação em 20 de novembro de 2000.